

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**Questão 31**

Com base na Lei n.º 6.404/1976, que dispõe sobre as sociedades por ações, julgue os itens que se seguem.

- I A demonstração do valor adicionado está entre as demonstrações que devem ser obrigatoriamente elaboradas pelas companhias abertas.
- II A lei estipula a segregação do ativo e do passivo em circulante e não circulante.
- III A reserva de lucros a realizar somente poderá ser utilizada para pagamento do dividendo obrigatório.
- IV O valor que se pode obter em um mercado ativo, em decorrência de transação não compulsória realizada entre partes independentes, é o valor justo para instrumentos financeiros.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I, II e III estão certos.
- B Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- C Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- D Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - Incorreta. O item IV também está certo.* /

||B|| - Incorreta. O item III também está certo.* /

||C|| - Incorreta. O item II também está certo.* /

||D|| - Incorreta. O item I também está certo. * /

||E|| - Correta. Todos os itens estão certos. O item I está certo, conforme a Lei n.º 6.404/1976, art. 176, inciso V.

O item II está certo, conforme a Lei n.º 6.404/1976, art. 178, § 1.º, incisos I e II, bem como § 2.º, incisos I e II.

O item III está certo, conforme a Lei n.º 6.404/1976, art. 196, § 2.º. O item IV está certo, conforme a Lei n.º 6.404/1976, art. 183 § 1.º, alínea d. * /

Questão 32

O conjunto completo de demonstrações contábeis de cada período previsto no CPC 26 diverge do rol de demonstrações contábeis obrigatórias constante da Lei n.º 6.404/1976 ao incluir a demonstração

- A dos fluxos de caixa.
- B do valor adicionado.
- C do resultado do período.
- D das mutações do patrimônio líquido.
- E dos lucros ou prejuízos acumulados.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - Incorreta. Ambos os normativos incluem essa demonstração em seu rol.* /

||B|| - Incorreta. Ambos os normativos incluem essa demonstração em seu rol.* /

||C|| - Incorreta. Ambos os normativos incluem essa demonstração em seu rol.* /

||D|| - Correta. Essa é uma demonstração incluída no CPC 26 (R1) e que não consta no rol de demonstrações obrigatórias da Lei n.º 6.404/1976, sendo mencionada apenas como facultativa, conforme art. 186 § 2º: “A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados (...) poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia.”.* /

||E|| - Incorreta. Essa demonstração não é mencionada no CPC 26 (R1), Item 10: “O conjunto completo de demonstrações contábeis inclui:

- (a) balanço patrimonial ao final do período;
- (b1) demonstração do resultado do período;
- (b2) demonstração do resultado abrangente do período;

(c) demonstração das mutações do patrimônio líquido do período;

(d) demonstração dos fluxos de caixa do período;

(e) notas explicativas, compreendendo informação de política contábil material e outras informações elucidativas; (Alterado pela Revisão de Pronunciamentos Técnicos n.º 20)

(ea) informações comparativas com o período anterior, conforme especificado nos itens 38 e 38A; (Incluída pela Revisão CPC 03)

(f) balanço patrimonial do início do período mais antigo, comparativamente apresentado, quando a entidade aplicar uma política contábil retrospectivamente ou proceder à reapresentação retrospectiva de itens das demonstrações contábeis, ou quando proceder à reclassificação de itens de suas demonstrações contábeis de acordo com os itens 40A a 40D; e (Alterada pela Revisão CPC 03)

(f1) demonstração do valor adicionado do período, conforme Pronunciamento Técnico CPC 09, se exigido legalmente ou por algum órgão regulador ou mesmo se apresentada voluntariamente. (Alterada pela Revisão CPC 03).*/

**Questão 33**

Aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor são denominadas

- A caixa.
- B ganho.
- C receita.
- D fluxos de caixa.
- E equivalentes de caixa.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - Incorreta. Conforme CPC 03 (R2) item 6, “Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor”.*/

||B|| - Incorreta. Conforme CPC 03 (R2) item 6, “Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor”.*/

||C|| - Incorreta. Conforme CPC 03 (R2) item 6, “Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor”.*/

||D|| - Incorreta. Conforme CPC 03 (R2) item 6, “Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor”.*/

||E|| - Correta. Conforme CPC 03 (R2) item 6, “Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor”.*/

**Questão 34**

Um item patrimonial cuja liquidação se espera realizar durante o ciclo operacional normal da entidade deve ser classificado no

- A ativo circulante.
- B ativo não circulante.
- C passivo circulante.
- D passivo não circulante.
- E patrimônio líquido.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Conforme CPC 26 (R1), “o passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade”.*/

||B|| - Incorreta. Conforme CPC 26 (R1), “o passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade”.*/

||C|| - Correta. Conforme CPC 26 (R1), “o passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade”.*/

||D|| - Incorreta. Conforme CPC 26 (R1), “o passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade”.*/

||E|| - Incorreta. Conforme CPC 26 (R1), “o passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade”.*/

Questão 35

A demonstração contábil que contenha transações e outros eventos que não tenham derivado de transações com os sócios da entidade na sua qualidade de proprietários e que tenham provocado mudanças no patrimônio líquido durante determinado período denomina-se

- A demonstração de mudanças do patrimônio líquido.
- B demonstração do resultado do exercício.
- C demonstração de valor adicionado.
- D demonstração de fluxos de caixa.
- E balanço patrimonial.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Conforme CPC 26 (R1), “Resultado abrangente é a mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período que resulta de transações e outros eventos que não sejam derivados de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários”. E “outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação), que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC”. Portanto, os resultados abrangentes que não se enquadrem como outros resultados abrangentes devem ser apresentados na demonstração do resultado do exercício.*/

||B|| - Correta. Conforme CPC 26 (R1), “Resultado abrangente é a mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período que resulta de transações e outros eventos que não sejam derivados de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários”. E “outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação), que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC”. Portanto, os resultados abrangentes que não se enquadrem como outros resultados abrangentes devem ser apresentados na demonstração do resultado do exercício.*/

||C|| - Incorreta. Conforme CPC 26 (R1), “Resultado abrangente é a mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período que resulta de transações e outros eventos que não sejam derivados de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários”. E “outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação), que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC”. Portanto, os resultados abrangentes que não se enquadrem como outros resultados abrangentes devem ser apresentados na demonstração do resultado do exercício.*/

||D|| - Incorreta. Conforme CPC 26 (R1), “Resultado abrangente é a mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período que resulta de transações e outros eventos que não sejam derivados de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários”. E “outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação), que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC”. Portanto, os resultados abrangentes que não se enquadrem como outros resultados abrangentes devem ser apresentados na demonstração do resultado do exercício.*/

||E|| - Incorreta. Conforme CPC 26 (R1), “Resultado abrangente é a mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período que resulta de transações e outros eventos que não sejam derivados de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários”. E “outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação), que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC”. Portanto, os resultados abrangentes que não se enquadrem como outros resultados abrangentes devem ser apresentados na demonstração do resultado do exercício.*/

Questão 36

A alteração no valor justo atribuível a mudanças no risco de crédito de um passivo específico designado como ao valor justo por meio do resultado deve ser evidenciada na demonstração

- A do resultado abrangente.
- B do resultado do período.
- C dos fluxos de caixa.
- D das mudanças do patrimônio líquido.
- E dos lucros ou prejuízos acumulados.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Correta. Conforme CPC 26 (R1), “outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação), que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC. Os componentes dos outros resultados abrangentes incluem: (...) (f) para passivos específicos designados como ao valor justo por meio do resultado, o valor da alteração no valor justo que for atribuível a alterações no risco de crédito do passivo (ver item 5.7.7 do CPC 48)”.*/

||B|| - Incorreta. Conforme CPC 26 (R1), “outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação), que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC. Os componentes dos outros resultados abrangentes incluem: (...) (f) para passivos específicos designados como ao valor justo por meio do resultado, o valor da alteração no valor justo que for atribuível a alterações no risco de crédito do passivo (ver item 5.7.7 do CPC 48)”.*/

||C|| - Incorreta. Conforme CPC 26 (R1), “outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação), que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC. Os componentes dos outros resultados abrangentes incluem: (...) (f) para passivos específicos designados como ao valor justo por meio do resultado, o valor da alteração no valor justo que for atribuível a alterações no risco de crédito do passivo (ver item 5.7.7 do CPC 48)”.*/

||D|| - Incorreta. Conforme CPC 26 (R1), “outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação), que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC. Os componentes dos outros resultados abrangentes incluem: (...) (f) para passivos específicos designados como ao valor justo por meio do resultado, o valor da alteração no valor justo que for atribuível a alterações no risco de crédito do passivo (ver item 5.7.7 do CPC 48)”.*/

||E|| - Incorreta. Conforme CPC 26 (R1), “outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação), que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC. Os componentes dos outros resultados abrangentes incluem: (...) (f) para passivos específicos designados como ao valor justo por meio do resultado, o valor da alteração no valor justo que for atribuível a alterações no risco de crédito do passivo (ver item 5.7.7 do CPC 48)”.*/



Questão 37

Uma transação realizada para a aquisição de determinado ativo nem sempre tem um custo que coincide com o valor justo do ativo adquirido, mas essa convergência de valores é favorecida caso

- A a transação seja realizada entre partes relacionadas e seu custo seja divergente do custo do mercado principal do ativo.
- B um vendedor em dificuldades financeiras seja obrigado a aceitar o preço oferecido, claramente inferior ao do mercado.
- C a transação inclua custos de transação incomuns no mercado.
- D a transação seja realizada no mercado habitual do ativo, por valor convergente com esse mercado.
- E o mercado no qual a transação ocorre seja diferente do mercado principal ou mais vantajoso para esse ativo.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Conforme CPC 46, “em muitos casos, o preço da transação é igual ao valor justo (esse pode ser o caso, por exemplo, quando, na data da transação, a transação para a compra de um ativo ocorre no mercado em que o ativo seria vendido)”;

e “B4. Ao determinar se o valor justo no reconhecimento inicial é igual ao preço da transação, a entidade deve levar em conta fatores específicos da transação e do ativo ou passivo. Por exemplo, o preço da transação pode não representar o valor justo de ativo ou passivo no reconhecimento inicial se qualquer das condições seguintes se aplicar: (a) a transação for entre partes relacionadas, embora o preço na transação com partes relacionadas possa ser utilizado como informação na mensuração do valor justo se a entidade tiver evidência de que a transação foi realizada em condições de mercado; (b) a transação ocorre sob coação ou o vendedor é forçado a aceitar o preço na transação. Por exemplo, esse pode ser o caso quando o vendedor está passando por dificuldades financeiras; (c) a unidade de contabilização representada pelo preço da transação é diferente da unidade de contabilização para o ativo ou passivo mensurado ao valor justo. Por exemplo, esse pode ser o caso se o ativo ou o passivo mensurado ao valor justo for apenas um dos elementos na transação (por exemplo, na combinação de negócios), a transação incluir direitos e privilégios implícitos que sejam mensurados separadamente de acordo com outro Pronunciamento ou o preço da transação incluir custos de transação; (d) o mercado no qual ocorre a transação é diferente do mercado principal (ou mais vantajoso). Por exemplo, esses mercados podem ser diferentes se a entidade for uma revendedora que celebrar transações com clientes no mercado de varejo, mas o mercado principal (ou mais vantajoso) para a transação de saída for com outros revendedores no mercado de revendedores.”*/

||B|| - Incorreta. Conforme CPC 46, “em muitos casos, o preço da transação é igual ao valor justo (esse pode ser o caso, por exemplo, quando, na data da transação, a transação para a compra de um ativo ocorre no mercado em que o ativo seria vendido)”;

e “B4. Ao determinar se o valor justo no reconhecimento inicial é igual ao preço da transação, a entidade deve levar em conta fatores específicos da transação e do ativo ou passivo. Por exemplo, o preço da transação pode não representar o valor justo de ativo ou passivo no reconhecimento inicial se qualquer das condições seguintes se aplicar: (a) a transação for entre partes relacionadas, embora o preço na transação com partes relacionadas possa ser utilizado como informação na mensuração do valor justo se a entidade tiver evidência de que a transação foi realizada em condições de mercado; (b) a transação ocorre sob coação ou o vendedor é forçado a aceitar o preço na transação. Por exemplo, esse pode ser o caso quando o vendedor está passando por dificuldades financeiras; (c) a unidade de contabilização representada pelo preço da transação é diferente da unidade de contabilização para o ativo ou passivo mensurado ao valor justo. Por exemplo, esse pode ser o caso se o ativo ou o passivo mensurado ao valor justo for apenas um dos elementos na transação (por exemplo, na combinação de negócios), a transação incluir direitos e privilégios implícitos que sejam mensurados separadamente de acordo com outro Pronunciamento ou o preço da transação incluir custos de transação; (d) o mercado no qual ocorre a transação é diferente do mercado principal (ou mais vantajoso). Por exemplo, esses mercados podem ser diferentes se a entidade for uma revendedora que celebrar transações com clientes no mercado de varejo, mas o mercado principal (ou mais vantajoso) para a transação de saída for com outros revendedores no mercado de revendedores.”*/

||C|| - Incorreta. Conforme CPC 46, “em muitos casos, o preço da transação é igual ao valor justo (esse pode ser o caso, por exemplo, quando, na data da transação, a transação para a compra de um ativo ocorre no mercado em que o ativo seria vendido)”;

e “B4. Ao determinar se o valor justo no reconhecimento inicial é igual ao preço da transação, a entidade deve levar em conta fatores específicos da transação e do ativo ou passivo. Por exemplo, o preço da transação pode não representar o valor justo de ativo ou passivo no reconhecimento inicial se qualquer das condições seguintes se aplicar: (a) a transação for entre partes relacionadas, embora o preço na transação com partes relacionadas possa ser utilizado como informação na mensuração do valor justo se a entidade tiver evidência de que a transação foi realizada em condições de mercado; (b) a transação ocorre sob coação ou o vendedor é forçado a aceitar o preço na transação. Por exemplo, esse pode ser o caso quando o vendedor está passando por dificuldades financeiras; (c) a unidade de contabilização representada pelo preço da transação é diferente da unidade de contabilização para o ativo ou passivo mensurado ao valor justo. Por exemplo, esse pode ser o caso se o ativo ou o passivo mensurado ao valor justo for apenas um dos elementos na transação (por exemplo, na combinação de negócios), a transação incluir direitos e privilégios implícitos que sejam mensurados separadamente de acordo com outro Pronunciamento ou o preço da transação incluir custos de transação; (d) o mercado no qual ocorre a transação é diferente do mercado principal (ou mais vantajoso). Por exemplo, esses mercados podem ser diferentes se a entidade for uma revendedora que celebrar transações com clientes no mercado de varejo, mas o mercado principal (ou mais vantajoso) para a transação de saída for com outros revendedores no mercado de revendedores.”*/

||D|| - Correta. Conforme CPC 46, “em muitos casos, o preço da transação é igual ao valor justo (esse pode ser o caso, por exemplo, quando, na data da transação, a transação para a compra de um ativo ocorre no mercado em que o ativo seria vendido)”;

e “B4. Ao determinar se o valor justo no reconhecimento inicial é igual ao preço da transação, a entidade deve levar em conta fatores específicos da transação e do ativo ou passivo. Por exemplo, o preço da transação pode não representar o valor justo de ativo ou passivo no reconhecimento inicial se qualquer das condições seguintes se aplicar: (a) a transação for entre partes relacionadas, embora o preço na transação com partes relacionadas possa ser utilizado como informação na mensuração do valor justo se a entidade tiver evidência de que a transação foi realizada em condições de mercado; (b) a transação ocorre sob coação ou o vendedor é forçado a aceitar o preço na transação. Por exemplo, esse pode ser o caso quando o vendedor está passando por dificuldades financeiras; (c) a unidade de contabilização representada pelo preço da transação é diferente da unidade de contabilização para o ativo ou passivo mensurado ao valor justo. Por exemplo, esse pode ser o caso se o ativo ou o passivo mensurado ao valor justo for apenas um dos elementos na transação (por exemplo, na combinação de negócios), a transação incluir direitos e privilégios implícitos que sejam mensurados separadamente de acordo com outro Pronunciamento ou o preço da transação incluir custos de transação; (d) o mercado no qual ocorre a transação é diferente do mercado principal (ou mais vantajoso). Por exemplo, esses mercados podem ser diferentes se a entidade for uma revendedora que celebrar transações com clientes no mercado de varejo, mas o mercado principal (ou mais vantajoso) para a transação de saída for com outros revendedores no mercado de revendedores.”*/

||E|| - Incorreta. Conforme CPC 46, “em muitos casos, o preço da transação é igual ao valor justo (esse pode ser o caso, por exemplo, quando, na data da transação, a transação para a compra de um ativo ocorre no mercado em que o ativo seria vendido)”;

e “B4. Ao determinar se o valor justo no reconhecimento inicial é igual ao preço da transação, a entidade deve levar em conta fatores específicos da transação e do ativo ou passivo. Por exemplo, o preço da transação pode não representar o valor justo de ativo ou passivo no reconhecimento inicial se qualquer das condições seguintes se aplicar: (a) a transação for entre partes relacionadas, embora o preço na transação com partes relacionadas possa ser utilizado como informação na mensuração do valor justo se a entidade tiver evidência de que a transação foi realizada em condições de mercado; (b) a transação ocorre sob coação ou o vendedor é forçado a aceitar o preço na transação. Por exemplo, esse pode ser o caso quando o vendedor está passando por dificuldades financeiras; (c) a unidade de contabilização representada pelo preço da transação é diferente da unidade de contabilização para o ativo ou passivo mensurado ao valor justo. Por exemplo, esse pode ser o caso se o ativo ou o passivo mensurado ao valor justo for apenas um dos elementos na transação (por exemplo, na combinação de negócios), a transação incluir direitos e privilégios implícitos que sejam mensurados separadamente de acordo com outro Pronunciamento ou o preço da transação incluir custos de transação; (d) o mercado no qual ocorre a transação é diferente do mercado principal (ou mais vantajoso). Por exemplo, esses mercados podem ser diferentes se a entidade for uma revendedora que celebrar transações com clientes no mercado de varejo, mas o mercado principal (ou mais vantajoso) para a transação de saída for com outros revendedores no mercado de revendedores.”*/

Questão 38

A influência significativa de um investidor em uma companhia é geralmente evidenciada caso ele

- A detenha pelo menos 10% das ações que dão direito a voto.
- B seja parte relacionada de membro da diretoria da companhia.
- C detenha operações imateriais com a investida.
- D intercambie dirigentes com a companhia.
- E seja grande fornecedor da companhia.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Conforme CPC 18(R3), “a existência de influência significativa por investidor geralmente é evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- (a) representação no conselho de administração ou na diretoria da investida;
- (b) participação nos processos de elaboração de políticas, inclusive em decisões sobre dividendos e outras distribuições;
- (c) operações materiais entre o investidor e a investida;
- (d) intercâmbio de diretores ou gerentes;
- (e) fornecimento de informação técnica essencial.”*/

||B|| - Incorreta. Conforme CPC 18(R3), “a existência de influência significativa por investidor geralmente é evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- (a) representação no conselho de administração ou na diretoria da investida;
- (b) participação nos processos de elaboração de políticas, inclusive em decisões sobre dividendos e outras distribuições;
- (c) operações materiais entre o investidor e a investida;
- (d) intercâmbio de diretores ou gerentes;
- (e) fornecimento de informação técnica essencial.”*/

||C|| - Incorreta. Conforme CPC 18(R3), “a existência de influência significativa por investidor geralmente é evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- (a) representação no conselho de administração ou na diretoria da investida;
- (b) participação nos processos de elaboração de políticas, inclusive em decisões sobre dividendos e outras distribuições;
- (c) operações materiais entre o investidor e a investida;
- (d) intercâmbio de diretores ou gerentes;
- (e) fornecimento de informação técnica essencial.”*/

||D|| - Correta. Conforme CPC 18(R3), “a existência de influência significativa por investidor geralmente é evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- (a) representação no conselho de administração ou na diretoria da investida;
- (b) participação nos processos de elaboração de políticas, inclusive em decisões sobre dividendos e outras distribuições;
- (c) operações materiais entre o investidor e a investida;
- (d) intercâmbio de diretores ou gerentes;
- (e) fornecimento de informação técnica essencial.”*/

||E|| - Incorreta. Conforme CPC 18(R3), “a existência de influência significativa por investidor geralmente é evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- (a) representação no conselho de administração ou na diretoria da investida;
- (b) participação nos processos de elaboração de políticas, inclusive em decisões sobre dividendos e outras distribuições;
- (c) operações materiais entre o investidor e a investida;
- (d) intercâmbio de diretores ou gerentes;
- (e) fornecimento de informação técnica essencial.”*/

Texto 15A1

Os dados a seguir, fornecidos em milhões de reais, refletem a situação patrimonial de uma entidade nos dois últimos exercícios sociais, sendo X0 o ano inicial e X1 o ano final.

	X1	X0
ativo circulante cíclico	155	135
ativo circulante financeiro	160	145
ativo não circulante	210	190
passivo circulante cíclico	65	50
passivo circulante financeiro	130	120
passivo não circulante	330	300

O patrimônio líquido da entidade integra o passivo não circulante e foi de R\$ 245 milhões, em X0, e de R\$ 260 milhões, em X1.

Questão 39

No ano X1, o endividamento geral da entidade a que se refere o texto 15A1 foi

- A inferior a 50%.
- B superior a 50% e inferior a 65%.
- C superior a 65% e inferior a 80%.
- D superior a 80% e inferior a 95%.
- E superior a 95%.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - Incorreta. O índice de endividamento geral é resultado do total de capitais de terceiros (PCC+PCF+PNC-PL) pelo ativo total (ACC+ACF+ANC) o que resulta em $(65+130+330-260)/(155+160+210) = 0,505$ ou 50,5%. */

||B|| - Correta. O índice de endividamento geral é resultado do total de capitais de terceiros (PCC+PCF+PNC-PL) pelo ativo total (ACC+ACF+ANC) o que resulta em $(65+130+330-260)/(155+160+210) = 0,505$ ou 50,5%. */

||C|| - Incorreta. O índice de endividamento geral é resultado do total de capitais de terceiros (PCC+PCF+PNC-PL) pelo ativo total (ACC+ACF+ANC) o que resulta em $(65+130+330-260)/(155+160+210) = 0,505$ ou 50,5%. */

||D|| - Incorreta. O índice de endividamento geral é resultado do total de capitais de terceiros (PCC+PCF+PNC-PL) pelo ativo total (ACC+ACF+ANC) o que resulta em $(65+130+330-260)/(155+160+210) = 0,505$ ou 50,5%. */

||E|| - Incorreta. O índice de endividamento geral é resultado do total de capitais de terceiros (PCC+PCF+PNC-PL) pelo ativo total (ACC+ACF+ANC) o que resulta em $(65+130+330-260)/(155+160+210) = 0,505$ ou 50,5%. */

Questão 40

No ano X0, a relação entre as fontes de recursos da entidade mencionada no texto 15A1 foi um número

- A inferior a 0,90.
- B superior a 0,90 e inferior a 0,99.
- C igual à unidade.
- D superior a 1,01 e inferior a 1,05.
- E superior a 1,05.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - Incorreta. A relação entre as fontes de recursos é dada pela divisão dos capitais de terceiros totais (PCC+PCF+PNC-PL) pelo patrimônio líquido, portanto, em X0, $225/245 = 0,9184$. */

||B|| - Correta. A relação entre as fontes de recursos é dada pela divisão dos capitais de terceiros totais pelo patrimônio líquido, portanto, em X0, $225/245 = 0,9184$. */

||C|| - Incorreta. A relação entre as fontes de recursos é dada pela divisão dos capitais de terceiros totais pelo patrimônio líquido, portanto, em X0, $225/245 = 0,9184$. */

||D|| - Incorreta. A relação entre as fontes de recursos é dada pela divisão dos capitais de terceiros totais pelo patrimônio líquido, portanto, em X0, $225/245 = 0,9184$. */

||E|| - Incorreta. A relação entre as fontes de recursos é dada pela divisão dos capitais de terceiros totais pelo patrimônio líquido, portanto, em X0, $225/245 = 0,9184$. */

Questão 41

Entre os exercícios sociais analisados no texto 15A1, verifica-se que a relação entre os investimentos de curto prazo totais e as fontes de curto prazo totais da entidade apresenta

- A estabilidade.
- B variação absoluta superior a 15%.
- C variação absoluta inferior a 15% e superior a 10%.
- D variação absoluta inferior a 10% e superior a 5%.
- E variação absoluta inferior a 5%.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - Incorreta. Os investimentos de curto prazo totais são representados pelo ACC + ACF e somam R\$ 280 milhões em X0 e R\$ 315 milhões em X1, enquanto as fontes de curto prazo totais são representadas pelo PCC e PCF e somam R\$ 170 milhões em X0 e R\$ 195 milhões em X1. Portanto, em X0 a relação entre essas duas grandezas era de $280/170 = 1,65$, enquanto em X1 essa relação passou a ser $315/195 = 1,62$. Comparando-se as relações entre ambos os períodos verifica-se um recuo de aproximadamente $(1,62/1,65)-1 = 0,0182$ ou 1,82%. */

||B|| - Incorreta. Os investimentos de curto prazo totais são representados pelo ACC + ACF e somam R\$ 280 milhões em X0 e R\$ 315 milhões em X1, enquanto as fontes de curto prazo totais são representadas pelo PCC e PCF e somam R\$ 170 milhões em X0 e R\$ 195 milhões em X1. Portanto, em X0 a relação entre essas duas grandezas era de $280/170 = 1,65$, enquanto em X1 essa relação passou a ser $315/195 = 1,62$. Comparando-se as relações entre ambos os períodos verifica-se um recuo de aproximadamente $(1,62/1,65)-1 = 0,0182$ ou 1,82%. */

||C|| - Incorreta. Os investimentos de curto prazo totais são representados pelo ACC + ACF e somam R\$ 280 milhões em X0 e R\$ 315 milhões em X1, enquanto as fontes de curto prazo totais são representadas pelo PCC e PCF e somam R\$ 170 milhões em X0 e R\$ 195 milhões em X1. Portanto, em X0 a relação entre essas duas grandezas era de $280/170 = 1,65$, enquanto em X1 essa relação passou a ser $315/195 = 1,62$. Comparando-se as relações entre ambos os períodos verifica-se um recuo de aproximadamente $(1,62/1,65)-1 = 0,0182$ ou 1,82%. */

||D|| - Incorreta. Os investimentos de curto prazo totais são representados pelo ACC + ACF e somam R\$ 280 milhões em X0 e R\$ 315 milhões em X1, enquanto as fontes de curto prazo totais são representadas pelo PCC e PCF e somam R\$ 170 milhões em X0 e R\$ 195 milhões em X1. Portanto, em X0 a relação entre essas duas grandezas era de $280/170 = 1,65$, enquanto em X1 essa relação passou a ser $315/195 = 1,62$. Comparando-se as relações entre ambos os períodos verifica-se um recuo de aproximadamente $(1,62/1,65)-1 = 0,0182$ ou 1,82%. */

||E|| - Correta. Os investimentos de curto prazo totais são representados pelo ACC + ACF e somam R\$ 280 milhões em X0 e R\$ 315 milhões em X1, enquanto as fontes de curto prazo totais são representadas pelo PCC e PCF e somam R\$ 170 milhões em X0 e R\$ 195 milhões em X1. Portanto, em X0 a relação entre essas duas grandezas era de $280/170 = 1,65$, enquanto em X1 essa relação passou a ser $315/195 = 1,62$. Comparando-se as relações entre ambos os períodos verifica-se um recuo de aproximadamente $(1,62/1,65)-1 = 0,0182$ ou 1,82%. */

Questão 42

Ainda no que concerne à situação apresentada no texto 15A1, em relação ao uso de fontes de recursos onerosas no financiamento dos investimentos, constata-se, no período analisado, uma variação

- A inferior a 3%.
- B superior a 3% e inferior a 6%.
- C superior a 6% e inferior a 9%.
- D superior a 9% e inferior a 12%.
- E superior a 12%.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - Correta. A relação pedida é o passivo oneroso sobre o ativo total, que é obtido pela divisão do (PCF+PNC-PL) pelo ativo total. Em X0 essa relação foi de 0,372 e em X1 foi de 0,381, portanto, uma variação de 2,313% entre os dois períodos.*

||B|| - Incorreta. A relação pedida é o passivo oneroso sobre o ativo total que é obtido pela divisão do (PCF+PNC-PL) pelo ativo total. Em X0 essa relação foi de 0,372 e em X1 foi de 0,381, portanto, uma variação de 2,313% entre os dois períodos.*

||C|| - Incorreta. A relação pedida é o passivo oneroso sobre o ativo total que é obtido pela divisão do (PCF+PNC-PL) pelo ativo total. Em X0 essa relação foi de 0,372 e em X1 foi de 0,381, portanto, uma variação de 2,313% entre os dois períodos.*

||D|| - Incorreta. A relação pedida é o passivo oneroso sobre o ativo total que é obtido pela divisão do (PCF+PNC-PL) pelo ativo total. Em X0 essa relação foi de 0,372 e em X1 foi de 0,381, portanto, uma variação de 2,313% entre os dois períodos.*

||E|| - Incorreta. A relação pedida é o passivo oneroso sobre o ativo total que é obtido pela divisão do (PCF+PNC-PL) pelo ativo total. Em X0 essa relação foi de 0,372 e em X1 foi de 0,381, portanto, uma variação de 2,313% entre os dois períodos.*

Questão 43

Conforme as definições apresentadas na NBC T SP 34 – Custos no Setor Público, os principais métodos de custeio no setor público são

- A direto, variável, por absorção parcial e por absorção integral (pleno).
- B por absorção, variável ou direto, baseado em atividades (ABC) e por unidade de esforço de produção (UEP).
- C custo-padrão, custo ideal, custo estimado e custo corrente.
- D custo-meta, custo-padrão, custeio direto e de gestão econômica.
- E baseado em atividades (ABC), custo-meta, custeio por absorção e custo-padrão.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - Correta. Segundo o disposto na NBC T SP 34 – Custos no Setor Público, os principais métodos de custeio são: direto, variável, por absorção parcial e por absorção integral (pleno).*

||B|| - Incorreta. Segundo o disposto na NBC T SP 34 – Custos no Setor Público, os principais métodos de custeio são: direto, variável, por absorção parcial e por absorção integral (pleno).*

||C|| - Incorreta. Segundo o disposto na NBC T SP 34 – Custos no Setor Público, os principais métodos de custeio são: direto, variável, por absorção parcial e por absorção integral (pleno).*

||D|| - Incorreta. Segundo o disposto na NBC T SP 34 – Custos no Setor Público, os principais métodos de custeio são: direto, variável, por absorção parcial e por absorção integral (pleno).*

||E|| - Incorreta. Segundo o disposto na NBC T SP 34 – Custos no Setor Público, os principais métodos de custeio são: direto, variável, por absorção parcial e por absorção integral (pleno).*

Questão 44

receitas orçamentárias	
previsão inicial	\$ 1.200
previsão atualizada	\$ 1.800
receitas realizadas	\$ 1.690

despesas orçamentárias	
dotação inicial	\$ 1.200
dotação atualizada	\$ 1.800
despesas empenhadas	\$ 1.750
despesas liquidadas	\$ 1.690
despesas pagas	\$ 1.420

As informações apresentadas foram extraídas do quadro principal do balanço orçamentário de determinada entidade pública em um exercício financeiro já encerrado. A partir dessas informações, é correto afirmar que, na apuração do resultado orçamentário do exercício (ROE) do balanço orçamentário desse exercício financeiro, já encerrado, o resultado orçamentário foi

- A deficitário em \$ 110.
- B deficitário em \$ 60.
- C nulo.
- D superavitário em \$ 270.
- E superavitário em \$ 380.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - Incorreta. O resultado orçamentário é apurado confrontando-se a receita realizada (1.690) – despesa empenhada (1.750) = deficitário em 60.*

||B|| - Correta. O resultado orçamentário é apurado confrontando-se a receita realizada (1.690) – despesa empenhada (1.750) = deficitário em 60.*

||C|| - Incorreta. O resultado orçamentário é apurado confrontando-se a receita realizada (1.690) – despesa empenhada (1.750) = deficitário em 60.*

||D|| - Incorreta. O resultado orçamentário é apurado confrontando-se a receita realizada (1.690) – despesa empenhada (1.750) = deficitário em 60.*

||E|| - Incorreta. O resultado orçamentário é apurado confrontando-se a receita realizada (1.690) – despesa empenhada (1.750) = deficitário em 60.*

Questão 45

No primeiro exercício financeiro, já encerrado, em uma entidade pública, foram contabilizados os seguintes eventos envolvendo a conta caixa e equivalentes de caixa:

- reconhecimento de créditos a receber no valor de \$ 400 mil, com 80% desse valor arrecadados;
- empenho e liquidação referente à aquisição de equipamentos no valor de \$ 300 mil, metade paga à vista e metade inscrita em restos a pagar;
- empenho, liquidação e pagamento da folha de remuneração de servidores no valor de \$ 200 mil;
- recebimento de transferências financeiras no valor de \$ 40 mil.

Considerando as informações precedentes, é correto afirmar que, na apuração do resultado financeiro do exercício (RFE) do balanço financeiro desse exercício financeiro, já encerrado, o resultado financeiro foi

- A deficitário em \$ 60 mil.
- B deficitário em \$ 30 mil.

- C nulo.
 D superavitário em \$ 10 mil.
 E superavitário em \$ 90 mil.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. O resultado financeiro é a soma da receita arrecadada (320 mil) + transferências recebidas (40 mil) + execução extra (150 mil restos a pagar = 510 mil) menos despesa empenhada (300 mil de equipamentos + 200 mil de folha = 500 mil) = 10 mil de superávit.*

||B|| - Incorreta. O resultado financeiro é a soma da receita arrecadada (320 mil) + transferências recebidas (40 mil) + execução extra (150 mil restos a pagar = 510 mil) menos despesa empenhada (300 mil de equipamentos + 200 mil de folha = 500 mil) = 10 mil de superávit.*

||C|| - Incorreta. O resultado financeiro é a soma da receita arrecadada (320 mil) + transferências recebidas (40 mil) + execução extra (150 mil restos a pagar = 510 mil) menos despesa empenhada (300 mil de equipamentos + 200 mil de folha = 500 mil) = 10 mil de superávit.*

||D|| - Correta. O resultado financeiro é a soma da receita arrecadada (320 mil) + transferências recebidas (40 mil) + execução extra (150 mil restos a pagar = 510 mil) menos despesa empenhada (300 mil de equipamentos + 200 mil de folha = 500 mil) = 10 mil de superávit.*

||E|| - Incorreta. O resultado financeiro é a soma da receita arrecadada (320 mil) + transferências recebidas (40 mil) + execução extra (150 mil restos a pagar = 510 mil) menos despesa empenhada (300 mil de equipamentos + 200 mil de folha = 500 mil) = 10 mil de superávit.*

Questão 46

O orçamento anual pode ser alterado por meio de créditos adicionais, que correspondem às autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei orçamentária. Acerca das características do crédito adicional suplementar, assinale a opção correta.

- A O saldo do crédito adicional suplementar poderá ser reaberto por instrumento legal apropriado no exercício financeiro seguinte.
 B Os créditos adicionais suplementares são destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
 C A abertura de crédito adicional suplementar independe da existência de recursos disponíveis para que ocorra a despesa.
 D Os créditos adicionais suplementares serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.
 E A exposição de justificativa para a abertura de crédito adicional suplementar é facultativa.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. De acordo com o art. 45 da Lei n.º 4.320/1964, os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos especiais e extraordinários.*

||B|| - Incorreta. De acordo com o art. 41 da Lei n.º 4.320/1964, os créditos suplementares são destinados a reforço de dotação orçamentária.*

||C|| - Incorreta. De acordo com o art. 43 da Lei n.º 4.320/1964, a abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.*

||D|| - Correta. De acordo com o art. 42 da Lei n.º 4.320/1964, os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.*

||E|| - Incorreta. De acordo com o art. 43 da Lei n.º 4.320/1964, a abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.*

Questão 47

No setor público, são identificadas como despesas de exercícios anteriores

- A as despesas que se tenham processado na época própria, restando apenas o seu pagamento.
 B as despesas processadas ou não na época própria, desde que liquidadas.
 C as despesas empenhadas, mas não liquidadas e pagas na época própria.
 D as despesas empenhadas e pagas, estando na fase de verificação do direito adquirido.
 E as despesas que não se tenham processado na época própria, desde que o credor tenha, dentro do prazo estabelecido, cumprido sua obrigação.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. De acordo com a página 138 da 10.ª edição do MCASP, para fins de identificação como despesas de exercícios anteriores, consideram-se despesas que não se tenham processado na época própria aquelas cujo empenho tenha sido considerado insubsistente e anulado no encerramento do exercício correspondente, mas que, dentro do prazo estabelecido, o credor tenha cumprido sua obrigação.*

||B|| - Incorreta. De acordo com a página 138 da 10.ª edição do MCASP, para fins de identificação como despesas de exercícios anteriores, consideram-se despesas que não se tenham processado na época própria aquelas cujo empenho tenha sido considerado insubsistente e anulado no encerramento do exercício correspondente, mas que, dentro do prazo estabelecido, o credor tenha cumprido sua obrigação.*

||C|| - Incorreta. De acordo com a página 138 da 10.ª edição do MCASP, para fins de identificação como despesas de exercícios anteriores, consideram-se despesas que não se tenham processado na época própria aquelas cujo empenho tenha sido considerado insubsistente e anulado no encerramento do exercício correspondente, mas que, dentro do prazo estabelecido, o credor tenha cumprido sua obrigação.*

||D|| - Incorreta. De acordo com a página 138 da 10.ª edição do MCASP, para fins de identificação como despesas de exercícios anteriores, consideram-se despesas que não se tenham processado na época própria aquelas cujo empenho tenha sido considerado insubsistente e anulado no encerramento do exercício correspondente, mas que, dentro do prazo estabelecido, o credor tenha cumprido sua obrigação.*

||E|| - Correta. De acordo com a página 138 da 10.ª edição do MCASP, para fins de identificação como despesas de exercícios anteriores, consideram-se despesas que não se tenham processado na época própria aquelas cujo empenho tenha sido considerado insubsistente e anulado no encerramento do exercício correspondente, mas que, dentro do prazo estabelecido, o credor tenha cumprido sua obrigação.*

Questão 48

Conforme as características qualitativas da informação contábil constantes da NBC T SP – Estrutura Conceitual, apresentar uma informação completa, neutra e livre de erro material é uma propriedade da característica qualitativa da

A relevância.

- B compreensibilidade.
- C representação fidedigna.
- D tempestividade.
- E comparabilidade.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Segundo o item 3.10 da NBC T SP Estrutura Conceitual, para ser útil como informação contábil, a informação deve corresponder à representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar. A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.* /

||B|| - Incorreta. Segundo o item 3.10 da NBC T SP Estrutura Conceitual, para ser útil como informação contábil, a informação deve corresponder à representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar. A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.* /

||C|| - Correta. Segundo o item 3.10 da NBC T SP Estrutura Conceitual, para ser útil como informação contábil, a informação deve corresponder à representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar. A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.* /

||D|| - Incorreta. Segundo o item 3.10 da NBC T SP Estrutura Conceitual, para ser útil como informação contábil, a informação deve corresponder à representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar. A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.* /

||E|| - Incorreta. Segundo o item 3.10 da NBC T SP Estrutura Conceitual, para ser útil como informação contábil, a informação deve corresponder à representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar. A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.* /

▼ Questão 49

No setor público, as provisões devem ser reavaliadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Sendo assim, caso, ao final de determinado exercício financeiro, seja confirmada uma obrigação a pagar de \$ 100 referente a uma provisão anteriormente constituída de \$ 90, deve ser registrado

- A um débito na conta de provisão de \$ 100 e um crédito da obrigação a pagar de \$ 100.
- B um débito na conta de provisão de \$ 90, um débito de uma variação patrimonial diminutiva de \$ 10 e um crédito da obrigação a pagar de \$ 100.
- C um débito na conta de provisão de \$ 100, um crédito da obrigação a pagar de \$ 90 e um crédito de uma variação patrimonial aumentativa de \$ 10.
- D um débito na conta de provisão de \$ 100 e um crédito de reversão da provisão de \$ 100.
- E um débito da obrigação a pagar de \$ 100 e um crédito na conta de provisão de \$ 100.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. De acordo com a página 298 do MCASP 10.^a edição, esse lançamento é feito quando o valor da obrigação é igual ao valor da provisão constituída, o que não é o caso.* /

||B|| - Correta. De acordo com a página 298 do MCASP 10.^a edição, esse lançamento é feito quando o valor da obrigação é maior que o valor da provisão constituída.* /

||C|| - Incorreta. De acordo com a página 298 do MCASP 10.^a edição, esse lançamento é feito quando o valor da obrigação é menor que o valor da provisão constituída, o que não é o caso.* /

||D|| - Incorreta. De acordo com a página 298 do MCASP 10.^a edição, esse lançamento só será feito quando não for mais provável que será necessária uma saída de recursos para o pagamento da obrigação e quando a provisão dever ser revertida, o que não é o caso, já que a obrigação foi confirmada.* /

||E|| - Incorreta. Não haverá baixa da obrigação, já que ela foi confirmada. Só será debitada a obrigação a pagar quando ela for paga.* /

▼ Questão 50

Conforme o disposto na NBC T SP 04 – Estoques, na contabilização do ajuste de perdas de estoques no setor público, para adequação ao valor realizável líquido, deve ser

- A debitada uma conta de variação patrimonial diminutiva de ajuste de perdas de estoques e creditada uma conta redutora de ativo de ajuste de perdas de estoques.
- B debitada uma conta de ativo de estoques e creditada uma conta de variação patrimonial diminutiva de ajuste de perdas de estoques.
- C debitada uma conta redutora de ativo de ajuste de perdas de estoques e creditada uma conta de variação patrimonial aumentativa de ajuste de perdas de estoques.
- D debitada uma conta de variação patrimonial aumentativa de ajuste de perdas de estoques e creditada uma conta de ativo de estoques.
- E debitada uma conta redutora de ativo de ajuste de perdas de estoques e creditada uma conta de ativo de estoques.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Correta. Conforme disposto na página 186 do MCASP 10.^a edição, deverá ser registrada uma variação patrimonial diminutiva com ajuste de perdas de estoques em contrapartida a uma conta redutora de ativo de ajuste de perdas de estoques.* /

||B|| - Incorreta. Conforme disposto na página 186 do MCASP 10.^a edição, deverá ser registrada uma variação patrimonial diminutiva com ajuste de perdas de estoques em contrapartida a uma conta redutora de ativo de ajuste de perdas de estoques.* /

||C|| - Incorreta. Conforme disposto na página 186 do MCASP 10.^a edição, deverá ser registrada uma variação patrimonial diminutiva com ajuste de perdas de estoques em contrapartida a uma conta redutora de ativo de ajuste de perdas de estoques.* /

||D|| - Incorreta. Conforme disposto na página 186 do MCASP 10.^a edição, deverá ser registrada uma variação patrimonial diminutiva com ajuste de perdas de estoques em contrapartida a uma conta redutora de ativo de ajuste de perdas de estoques.* /

||E|| - Incorreta. Conforme disposto na página 186 do MCASP 10.^a edição, deverá ser registrada uma variação patrimonial diminutiva com ajuste de perdas de estoques em contrapartida a uma conta redutora de ativo de ajuste de perdas de estoques.* /

▼ Questão 51

De acordo com a NBC T SP 07 – Imobilizado, quando os elementos do ativo imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, eles ficarão sujeitos à depreciação sistemática durante esse período. Caso haja um item do ativo imobilizado com custo significativo em relação ao custo total deste mesmo ativo imobilizado, esse item

- A não deve ser depreciado.

- B deve ser depreciado usando-se a mesma vida útil e o mesmo método de depreciação dos demais componentes desse ativo.
- C deve ser depreciado separadamente.
- D deve ter o seu desgaste absorvido diretamente como custo de produção, sem passar pelo processo de depreciação.
- E deve ter o seu desgaste lançado como valor residual.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Conforme disposto na página 233 do MCASP 10.^a edição, deve ser depreciado separadamente cada componente de um item do ativo imobilizado com custo significativo em relação ao custo total do item.* /

||B|| - 37. Incorreta. Conforme disposto na página 233 do MCASP 10.^a edição, deve ser depreciado separadamente cada componente de um item do ativo imobilizado com custo significativo em relação ao custo total do item.* /

||C|| - 38. Correta. Conforme disposto na página 233 do MCASP 10.^a edição, deve ser depreciado separadamente cada componente de um item do ativo imobilizado com custo significativo em relação ao custo total do item.* /

||D|| - 39. Incorreta. Conforme disposto na página 233 do MCASP 10.^a edição, deve ser depreciado separadamente cada componente de um item do ativo imobilizado com custo significativo em relação ao custo total do item.* /

||E|| - 40. Incorreta. Conforme disposto na página 233 do MCASP 10.^a edição, deve ser depreciado separadamente cada componente de um item do ativo imobilizado com custo significativo em relação ao custo total do item.* /

Questão 52

Conforme a NBC T SP 08 – Ativo Intangível, no setor público, os gastos relativos a projeto de pesquisa ou de desenvolvimento em andamento, adquiridos em separado e reconhecidos como ativo intangível, devem ser contabilizados

- A de acordo com a fase de pesquisa ou de desenvolvimento.
- B de acordo com as condições operacionais pretendidas pela administração.
- C com a reintegração de gastos anteriormente reconhecidos como variação patrimonial diminutiva.
- D a partir do acesso de terceiros a esses benefícios ou serviços.
- E quando os direitos forem transferidos ou separados da entidade ou de outras obrigações.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Correta. De acordo com a página 245 do MCASP 10.^a edição, os gastos relativos a projeto de pesquisa ou desenvolvimento em andamento, adquiridos em separado e reconhecidos como ativo intangível ou incorridos após a aquisição desse projeto, devem ser contabilizados de acordo com a fase de pesquisa ou de desenvolvimento.* /

||B|| - Incorreta. De acordo com a página 245 do MCASP 10.^a edição, os gastos relativos a projeto de pesquisa ou desenvolvimento em andamento, adquiridos em separado e reconhecidos como ativo intangível ou incorridos após a aquisição desse projeto, devem ser contabilizados de acordo com a fase de pesquisa ou de desenvolvimento.* /

||C|| - Incorreta. De acordo com a página 245 do MCASP 10.^a edição, os gastos relativos a projeto de pesquisa ou desenvolvimento em andamento, adquiridos em separado e reconhecidos como ativo intangível ou incorridos após a aquisição desse projeto, devem ser contabilizados de acordo com a fase de pesquisa ou de desenvolvimento.* /

||D|| - Incorreta. De acordo com a página 245 do MCASP 10.^a edição, os gastos relativos a projeto de pesquisa ou desenvolvimento em andamento, adquiridos em separado e reconhecidos como ativo intangível ou incorridos após a aquisição desse projeto, devem ser contabilizados de acordo com a fase de pesquisa ou de desenvolvimento.* /

||E|| - Incorreta. De acordo com a página 245 do MCASP 10.^a edição, os gastos relativos a projeto de pesquisa ou desenvolvimento em andamento, adquiridos em separado e reconhecidos como ativo intangível ou incorridos após a aquisição desse projeto, devem ser contabilizados de acordo com a fase de pesquisa ou de desenvolvimento.* /

Questão 53

De acordo com as disposições da NBC T SP 09 – Redução ao Valor Recuperável, no setor público, o valor recuperável é obtido a partir

- A da diferença entre o custo de aquisição do ativo e o seu valor em uso.
- B do menor montante entre o custo de reposição ou substituição e o valor justo líquido de despesas de venda do ativo (ou da unidade geradora de caixa).
- C da diferença entre o preço líquido de venda e o custo de aquisição do ativo.
- D do preço que a entidade receberia se vendesse o ativo em uma transação não forçada.
- E do maior montante entre o valor justo líquido de despesas de venda do ativo (ou da unidade geradora de caixa) e o seu valor em uso.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Conforme disposto na página 256 da 10.^a edição do MCASP, o valor recuperável é o maior montante entre o valor justo líquido de despesas de venda do ativo (ou da unidade geradora de caixa) e o seu valor em uso.* /

||B|| - Incorreta. Conforme disposto na página 256 da 10.^a edição do MCASP, o valor recuperável é o maior montante entre o valor justo líquido de despesas de venda do ativo (ou da unidade geradora de caixa) e o seu valor em uso.* /

||C|| - Incorreta. Conforme disposto na página 256 da 10.^a edição do MCASP, o valor recuperável é o maior montante entre o valor justo líquido de despesas de venda do ativo (ou da unidade geradora de caixa) e o seu valor em uso.* /

||D|| - Incorreta. Conforme disposto na página 256 da 10.^a edição do MCASP, o valor recuperável é o maior montante entre o valor justo líquido de despesas de venda do ativo (ou da unidade geradora de caixa) e o seu valor em uso.* /

||E|| - Correta. Conforme disposto na página 256 da 10.^a edição do MCASP, o valor recuperável é o maior montante entre o valor justo líquido de despesas de venda do ativo (ou da unidade geradora de caixa) e o seu valor em uso.* /

Questão 55

Uma fábrica produz, por dia, 1.200 peças em 8 horas de trabalho, com 20 máquinas funcionando continuamente.

Na situação hipotética apresentada, se a fábrica mantiver a mesma produtividade e operar com 25 máquinas por 10 horas contínuas, a quantidade de peças produzidas por dia será igual a

- A 1.875.
- B 2.500.
- C 3.000.
- D 3.750.
- E 4.500.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Correta. Sabendo-se que todas as grandezas, nesse caso, são diretamente proporcionais, a fábrica, no primeiro cenário, produz 150 peças por hora e cada máquina produz 150/20 peças por hora. Então, no segundo cenário, mantendo-se o mesmo ritmo de produtividade, 25 máquinas produzirão $25 \times 150 / 20$ peças por hora e a fábrica produzirá, por dia, $25 \times 150 \times 10 / 20$, o que equivale a 1.875 peças.* /

||B|| - Incorreta. A quantidade de peças produzidas por dia será igual a 1.875.* /

||C|| - Incorreta. A quantidade de peças produzidas por dia será igual a 1.875.*/
 ||D|| - Incorreta. A quantidade de peças produzidas por dia será igual a 1.875.*/
 ||E|| - Incorreta. A quantidade de peças produzidas por dia será igual a 1.875.*/
Questão 56

Se João investir R\$ 5.000 em uma aplicação que rende juros simples de 9% ao ano, então, após 2 anos e 5 meses, o montante total acumulado será

- A inferior a R\$ 6.000,00.
- B superior ou igual a R\$ 6.000 e inferior a R\$ 6.300,00.
- C superior ou igual a R\$ 6.300 e inferior a R\$ 6.600,00.
- D superior ou igual a R\$ 6.600 e inferior a R\$ 6.900,00.
- E superior ou igual a R\$ 6.900.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. $R\$ 6.087,50 > R\$ 6.000$.*/

||B|| - Correta. Em primeiro lugar, deve-se ajustar a taxa anual para taxa mensal. Como se trata de um problema de juros simples, basta dividir a taxa anual por 12; logo, a taxa anual de 9% equivale à taxa mensal de 0,75%. O período de 2 anos e 5 meses equivale a 29 meses. Aplicando-se esses valores na fórmula de juros simples $M = M_0 \times (1 + i \times n)$, em que i equivale à taxa de juros mensal e n equivale ao período, em meses, logo, $M = 5000(1 + 0,0075 \times 29) = R\$ 6.087,50$.*/

||C|| - Incorreta. O valor correto é R\$ 6.087,50.*/
 ||D|| - Incorreta. O valor correto é R\$ 6.087,50.*/
 ||E|| - Incorreta. O valor correto é R\$ 6.087,50.*/
Questão 57

Maria realizou um empréstimo no valor de R\$ 8.000 à taxa nominal de 12% ao ano, com capitalização semestral, cujo pagamento deverá ser feito em parcela única um ano após o recebimento do valor.

Na situação hipotética precedente, se o empréstimo tiver sido feito em janeiro de 2025, o valor a ser pago em janeiro de 2026 será

- A inferior a R\$ 8.960,00.
- B superior ou igual a R\$ 8.980,00 e inferior a R\$ 9.000,00.
- C superior ou igual a R\$ 9.000,00 e inferior a R\$ 9.265,50.
- D superior ou igual a R\$ 9.265,50 e inferior a R\$ 9.886,40.
- E superior ou igual a R\$ 10.035,20.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Para uma taxa nominal de 12% a.a, com capitalização semestral, haverá uma taxa efetiva de $12/2 = 6\%$ a.s. Assim, para o período de 1 ano, ou 2 semestres, tem-se que $C = 8000(1+0,06)^2 = R\$ 8.988,80$. Portanto, a opção está errada.*/
 ||B|| - Correta. Uma taxa nominal de 12% ao ano, cuja capitalização é semestral, é equivalente a uma taxa efetiva de 6% ao semestre. Logo, como o empréstimo deverá ser pago em parcela única em janeiro de 2026, um ano após o recebimento do valor, o valor a ser pago será igual a $C = C_0(1 + i)^n$, em que C corresponde ao valor total que deverá ser pago, C_0 corresponde ao valor inicial do empréstimo (R\$ 8.000), i corresponde à taxa efetiva (6% ao semestre) e n equivale à quantidade de semestres (2). Portanto,

$C = 8.000(1 + 0,06)^2$
 $C = R\$ 8.988,80$.*/
 ||C|| - Incorreta. Para uma taxa nominal de 12% a.a, com capitalização semestral, haverá uma taxa efetiva de $12/2 = 6\%$ a.s. Assim, para o período de 1 ano, ou 2 semestres, tem-se que $C = 8.000(1+0,06)^2 = R\$ 8.988,80$. Portanto, a opção está errada.*/
 ||D|| - Incorreta. Para uma taxa nominal de 12% a.a, com capitalização semestral, haverá uma taxa efetiva de $12/2 = 6\%$

a.s. Assim, para o período de 1 ano, ou 2 semestres, tem-se que $C = 8.000(1+0,06)^2 = R\$ 8.988,80$. Portanto, a opção está errada.*/
 ||E|| - Incorreta. Para uma taxa nominal de 12% a.a, com capitalização semestral, haverá uma taxa efetiva de $12/2 = 6\%$ a.s. Assim, para o período de 1 ano, ou 2 semestres, tem-se que $C = 8.000(1+0,06)^2 = R\$ 8.988,80$. Portanto, a opção está errada.*/
Questão 58

Joana possui uma dívida de R\$ 15.000,00 com certo banco, cujo vencimento será em 3 anos. O banco ofereceu desconto de 90% ao ano, caso Maria faça o pagamento hoje.

A partir dos dados fornecidos nessa situação hipotética, considerando-se $1,9^{-1} = 0,53$, se a negociação for aceita para a quitação da dívida, Maria pagará hoje um valor

- A superior a R\$ 5.236.
- B inferior ou igual a R\$ 5.236 e superior a R\$ 4.425.
- C inferior ou igual a R\$ 4.425 e superior a R\$ 3.650.
- D inferior ou igual a R\$ 3.650 e superior a R\$ 2.250.
- E inferior ou igual a R\$ 2.250.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. O valor a ser pago será inferior ou igual a R\$ 2.250.*/
 ||B|| - Incorreta. O valor a ser pago será inferior ou igual a R\$ 2.250.*/
 ||C|| - Incorreta. O valor a ser pago será inferior ou igual a R\$ 2.250.*/
 ||D|| - Incorreta. O valor a ser pago será inferior ou igual a R\$ 2.250.*/
 ||E|| - Correta. A questão apresenta um desconto comercial baseado em uma taxa anual de 90%. Para a solução da questão, o conceito de desconto racional (valor presente) será utilizado. Assim, $V_P = V_0/(1 + i)^n$, em que V_P corresponde ao valor presente, V_0 corresponde ao valor inicial, i corresponde à taxa de desconto e n corresponde ao período — nesse caso, em anos. Portanto,

$V_P = 15.000/(1+0,9)^3 = 15.000 \times (1,9)^{-3}$
 $V_P = 15.000 \times (0,53)^3 = 2.233,15$.

O valor a ser pago caso Maria aceite o que foi negociado pelo banco será inferior ou igual a R\$ 2,250,00.*/
Questão 59

Uma pessoa planeja investir mensalmente R\$ 2.000 durante 5 anos em uma aplicação que oferece uma taxa de juros composta de 1% ao mês.

Nessa situação hipotética, considerando-se que o montante gerado ao final do período siga a fórmula de uma renda uniforme postecipada e que $1,01^{20} = 1,22$, o valor do montante ao final dos 5 anos será

- A superior a R\$ 120.000 e inferior ou igual a R\$ 140.000.
- B superior a R\$ 140.000 e inferior ou igual a R\$ 160.000.
- C superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.
- D superior a R\$ 180.000 e inferior ou igual a R\$ 200.000.
- E superior a R\$ 200.000.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. O valor será igual a 163.169,60, que é superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.*/
 ||B|| - Incorreta. O valor será igual a 163.169,60, que é superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.*/
 ||C|| - Correta.

Para uma renda postecipada, o montante (M) será dado por $M = D \cdot [(1 + i)^n - 1]/i$, em que D corresponde ao depósito mensal e i , à taxa de juros. Assim,

$M = 2000 \cdot \{[(1,01)^{20}]^5 - 1\}/0,01$
 $M = 2000 \cdot [1,815848 - 1]/0,01$
 $M = 163.169,60$.

Portanto, o valor será superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.* /

||D|| - Incorreta. O valor será igual a 163.169,60, que é superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.* /

||E|| - Incorreta. O valor será igual a 163.169,60, que é superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.* /

Questão 60

Em relação aos modelos de amortização utilizados em operações financeiras, julgue os itens subsequentes.

- I No sistema de amortização constante (SAC), as parcelas têm valores decrescentes ao longo do tempo, pois a amortização é constante e os juros incidem sobre o saldo devedor remanescente.
- II No sistema de amortização price (tabela price), as parcelas possuem valores fixos ao longo do tempo, sendo os juros no início do período mais elevados, enquanto a amortização aumenta gradativamente.
- III No sistema de amortização misto, cada prestação (pagamento) é a média aritmética das prestações respectivas no sistema price e no sistema de amortização constante (SAC).

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Os itens II e III também estão certos.* /

||B|| - Incorreta. Os itens I e II também estão certos.* /

||C|| - Incorreta. O item III também está certo.* /

||D|| - Incorreta. O item I também está certo.* /

||E|| - Correta.

O item I está certo, pois, no sistema SAC, a amortização é constante, e as parcelas totais diminuem porque os juros incidem sobre o saldo devedor, que reduz a cada pagamento.

O item II está certo, pois, no caso do sistema *price*, as parcelas são fixas, mas, inicialmente, a maior parte da parcela é composta por juros, e a amortização cresce com o tempo.

O item III está certo, pois o sistema de amortização misto (SAM) é um método de financiamento que combina os sistemas de amortização SAC e *price*. O SAM é uma média aritmética entre as prestações dos dois sistemas.* /

Questão 61

Acerca da taxa interna de retorno (TIR), julgue os itens a seguir.

- I Calcula-se por meio da TIR a taxa de desconto que um fluxo de caixa deve ter para que seu valor presente líquido (VPL) seja zerado.
- II A TIR permite que se avalie a saúde financeira de uma empresa, pois revela as potenciais perdas referentes às aplicações realizadas.
- III Se o valor presente dos fluxos de caixa for maior que o do investimento inicial, a TIR será positiva, e o investimento será considerado rentável e vantajoso.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. O item III também está certo.* /

||B|| - Incorreta. O item II é o único item errado.* /

||C|| - Correta.

O item I está certo, pois a TIR é a taxa de juros que equilibra o fluxo de caixa dos recebimentos com o fluxo de caixa dos pagamentos em um projeto de investimentos.

O item II está errado, pois, embora a TIR seja uma importante ferramenta de análise de investimentos, não é possível utilizá-la para analisar a saúde financeira de uma empresa, pois não revela as potenciais perdas referentes às aplicações.

O item III está certo, pois, quanto maior for a TIR, maior será a rentabilidade do projeto de investimento.* /

||D|| - Incorreta. O item II está errado.* /

||E|| - Incorreta. O item II é o único item errado.* /

Questão 62

Marta, Maria e Márcia uniram suas economias, que totalizaram R\$ 107,00, e saíram de casa para comprar sorvete. Sabe-se que a razão entre o valor levado por Marta e o valor levado por Maria é igual a $\frac{4}{7}$ e que a diferença entre os valores dessas duas é igual a R\$ 15,00.

Na situação hipotética apresentada, o valor que Márcia levou é igual a

- A R\$ 20,00.
- B R\$ 35,00.
- C R\$ 47,00.
- D R\$ 52,00.
- E R\$ 64,00.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. O valor levado por Márcia é igual a R\$ 52,00.* /

||B|| - Incorreta. O valor levado por Márcia é igual a R\$ 52,00.* /

||C|| - Incorreta. O valor levado por Márcia é igual a R\$ 52,00.* /

||D|| - Correta.

Denotando-se x como o valor levado por Marta, y , o levado por Maria e z , o levado por Márcia, conclui-se que

i. $x + y + z = 107$.

ii. $x/y = 4/7$.

iii. $y - x = 15$.

Ao isolar o valor de y na equação iii, tem-se que $y = 15 + x$.

Substituindo-se o valor de y na equação ii,

i. $x/(15+x)=4/7 \rightarrow 7x=4(15+x) \rightarrow 7x=60+4x \rightarrow x=20$.

ii. $y = 15 + x = 35$.

iii. $x + y + z = 107 \rightarrow z + 55 = 107 \rightarrow z = 52$.

Portanto, o valor levado por Márcia é igual a R\$ 52,00.* /

||E|| - Incorreta. O valor levado por Márcia é igual a R\$ 52,00.* /

Questão 63

Durante uma auditoria em um órgão público, a equipe de auditoria identificou contratos de prestação de serviços firmados sem a publicação obrigatória no Diário Oficial e com falhas na formalização dos processos licitatórios, apesar de ter sido constatada a efetiva execução dos serviços.

Na situação hipotética precedente, observadas as melhores práticas de auditoria governamental e o papel da conformidade, a equipe de auditoria deverá

- A considerar os contratos válidos após confirmar a entrega dos serviços, pois o interesse público foi atendido.

- B recomendar a anulação dos contratos e a devolução total dos valores pagos, desconsiderando a efetiva prestação dos serviços.
- C avaliar a conformidade dos contratos com a legislação e recomendar a regularização dos procedimentos.
- D ignorar a irregularidade, caso se conclua que não foi gerado dano financeiro ao órgão.
- E limitar o exame apenas ao fluxo de caixa, sem avaliar a legalidade dos contratos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. A auditoria de conformidade requer análise da legalidade formal dos contratos; a prestação efetiva dos serviços não sana a ausência de procedimentos legais obrigatórios (TCU, 2020).*/

||B|| - Incorreta. Medidas extremas como anulação e devolução unilateral desconsideram o princípio da proporcionalidade e o interesse público. Cada caso deve ser analisado tecnicamente (ISSAI 400).*/

||C|| - Correta. É necessário avaliar a aderência legal e, se possível, recomendar regularização, com foco no respeito às normas e na transparência (TCU. Manual de Auditoria Governamental, 2020).*/

||D|| - Incorreta. Falhas formais podem ter impacto material futuro e comprometer a integridade dos controles.*/

||E|| - Incorreta. A auditoria deve ser ampla, incluindo aspectos legais, operacionais e financeiros.*/

Questão 64

Em uma auditoria operacional de um programa de governo de assistência habitacional, a equipe de auditoria verificou que 98% dos recursos previstos foram empenhados e liquidados, e todas as metas físicas foram registradas no sistema. No entanto, em visita à comunidade feita pela equipe de auditoria, moradores relataram que a qualidade das moradias é insatisfatória e que há grande rotatividade de beneficiários.

Nessa situação hipotética, a abordagem principal da equipe de auditoria deverá ser a de

- A verificar apenas a documentação fiscal das despesas para certificar que os pagamentos seguiram a lei.
- B analisar se a execução financeira seguiu o cronograma físico-financeiro aprovado.
- C recomendar o aumento do investimento para assegurar cobertura a todos os interessados, independentemente dos resultados apresentados.
- D avaliar a eficácia do programa por meio de indicadores sociais e medir se o resultado real atende ao objetivo público proposto.
- E sugerir à equipe do programa a elaboração de um relatório de satisfação dos beneficiários, sem outras providências.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Auditorias operacionais vão além de documentos fiscais, analisando resultados junto à sociedade (TCU, 2020).*/

||B|| - Incorreta. O controle físico-financeiro é importante, mas não suficiente para mensurar efetividade (ISSAI 3000).*/

||C|| - Incorreta. Aumentar investimento não resolve problemas de eficácia ou qualidade.*/

||D|| - Correta. O objetivo da auditoria operacional é avaliar se os objetivos e impactos sociais dos programas foram atingidos, inclusive pela análise da qualidade percebida pelo usuário (TCU. Manual de Auditoria Operacional, 2020).*/

||E|| - Incorreta. Pesquisa de satisfação é ferramenta válida, mas insuficiente como ação exclusiva diante das evidências do campo.*/

Questão 65

Considere que, ao planejar uma auditoria de conformidade sobre licitações em um órgão estadual, a equipe tenha se deparado com 6.800 processos licitatórios. Nesse caso, para que haja o melhor uso dos recursos e para que se obtenham conclusões representativas, a estratégia apropriada, segundo as normas internacionais e nacionais, que a equipe de auditoria em questão deverá adotar será a de

- A selecionar uma amostra estatística aleatória simples, sem considerar risco ou valor dos contratos, para garantir imparcialidade.
- B aplicar amostragem estatística estratificada, segmentando processos por critérios como valor, modalidade/licitação e histórico de ocorrência de irregularidades.
- C realizar auditoria exaustiva e completa em todos os processos, pois apenas assim será possível ter certeza dos achados e da real situação dos contratos.
- D escolher processos a partir da experiência dos auditores, focando onde historicamente houve problemas e valorizando, assim, o histórico de atos do órgão.
- E concentrar-se apenas nos processos da modalidade pregão eletrônico, por serem mais recorrentes e pela possibilidade de fraude eletrônica nos dias atuais.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Amostragem simples ignora a heterogeneidade e os diferentes riscos potenciais no universo auditado (ISSAI 530; TCU, 2020).*/

||B|| - Correta. Amostragem estratificada com base em risco e materialidade permite resultados mais robustos, aproveitando recursos e ampliando a qualidade das conclusões (ISSAI 530; TCU, 2020).*/

||C|| - Incorreta. Auditoria total é inviável e desnecessária; auditoria baseada em risco e materialidade é mais eficiente (ISSAI 530; MCASP, 2021).*/

||D|| - Incorreta. Critério subjetivo pode enviesar resultados e comprometer imparcialidade.*/

||E|| - Incorreta. Foco apenas em uma modalidade de licitação compromete o alcance e a representatividade da auditoria.*/

Questão 66

Durante auditoria simultânea de obras públicas estaduais financiadas por consórcios, os auditores notaram incompatibilidade entre os laudos de engenharia, os resultados das inspeções físicas, os registros em sistemas financeiros digitais e as informações declaradas à sociedade nos portais de transparência. O relatório preliminar suscitou forte reação de gestores e pressão midiática, com acusações de parcialidade.

Nessa situação, considerando-se a ética, a transparência, a independência e os normativos vigentes, a postura ideal a ser adotada pela equipe de auditoria será a de

- A buscar evidências, aprofundar os exames, documentar limitações, reforçar matriz de risco e amparar conclusões em evidências sólidas e fundamentação doutrinária.

- B revisar os achados e ajustar o relatório, reestruturando a abordagem e omitindo os pontos sensíveis para evitar crise institucional e preservar reputações.
- C suspender os trabalhos de levantamentos e análises e encerrar a auditoria sem emissão de relatório, alegando risco de conflito de interesses por parte da equipe de auditoria.
- D continuar os trabalhos e realizar a substituição da equipe de auditores pressionados, sem alterar a metodologia, para mostrar flexibilidade institucional.
- E continuar os trabalhos e facultar que o texto final seja revisado previamente pelos gestores auditados, para garantir correção de possíveis interpretações equivocadas.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Correta. O Manual do TCU (2020, cap. 8) e o NBASP 1300 reforçam: frente à pressão, o auditor deve redobrar diligência técnica, documentar limitações, reforçar matriz de risco e amparar conclusões em evidências sólidas e fundamentação doutrinária.*/

||B|| - Incorreta. Conforme ISSAI 100 e NBASP 1300/1400 (Independência), omissão intencional de achados viola ética, transparência e pode configurar infração disciplinar, além de impactar a legitimidade social do controle.*/

||C|| - Incorreta. Deixar de reportar descumprimento obrigação institucional e accountability pública (ISSAI 100: Transparência e responsabilidade).*/

||D|| - Incorreta. A substituição de auditores não resolve os riscos percebidos ou as limitações do relatório. A resposta deve ser técnica, não procedimental.*/

||E|| - Incorreta. Revisão prévia pelo auditado compromete independência e integridade do relatório, conflitando com NBASP e ISSAI 4000.*/

▼ Questão 67

No contexto da auditoria governamental brasileira, a análise da fidedignidade das demonstrações contábeis é crucial para assegurar a transparência e a adequada prestação de contas na gestão de recursos públicos. No que concerne aos aspectos de materialidade e relevância aplicados ao planejamento e à execução da auditoria, assinale a opção correta.

- A A materialidade é definida com base em valores monetários absolutos, sem considerar os objetivos qualitativos do setor público.
- B No planejamento da auditoria, devem-se identificar as áreas críticas a serem priorizadas com base na materialidade e na relevância, considerada a probabilidade de ocorrência de erros e o seu possível impacto nas contas auditadas.
- C No setor público, a relevância deve se limitar à conformidade com os créditos autorizados no orçamento público.
- D O conceito de risco na auditoria se aplica apenas a eventos passados e não interfere na avaliação da materialidade.
- E A materialidade é uma métrica quantitativa respaldada em normas internacionais de auditoria, sem necessidade de adaptação ao contexto brasileiro.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. A NBC TA 320 (Materialidade em Planejamento e Execução da Auditoria) estabelece que a materialidade deve considerar tanto aspectos quantitativos quanto qualitativos, especificamente no setor público, onde a relevância das informações está ligada ao impacto social, político e econômico, mesmo quando os valores financeiros são baixos. (Fonte: Conselho Federal de Contabilidade, NBC TA 320, art. 8).*/

||B|| - Correta. O planejamento da auditoria governamental segue as orientações da NBC TI 01 – Normas de Auditoria Governamental e do Manual de Auditoria Financeira do Tribunal de Contas da União (TCU), que enfatizam que os auditores devem identificar áreas críticas com base na materialidade e relevância, utilizando esses critérios para concentrar esforços nas

áreas de maior risco. (Fonte: TCU, Manual de Auditoria Financeira, seção 3.2).*/

||C|| - Incorreta. De acordo com o Manual de Auditoria Operacional do TCU, a relevância no setor público vai além do cumprimento orçamentário, abrangendo também a eficácia, eficiência e transparência na aplicação dos recursos. (Fonte: TCU, Manual de Auditoria Operacional – 2020, seção 1.3).*/

||D|| - Incorreta. Segundo a NBC TA 315 - Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorções Relevantes, o conceito de risco é prospectivo e impacta diretamente na avaliação da materialidade, sendo essencial para prever possíveis falhas que comprometam as demonstrações financeiras. (Fonte: Conselho Federal de Contabilidade, NBC TA 315).*/

||E|| - Incorreta. Apesar de atender às diretrizes das Normas Internacionais de Instituições Superiores de Auditoria (ISSAIs), como as ISSAI 100 e 200, a adaptação ao contexto brasileiro é fundamental para auditores do setor público, considerando o impacto específico das atividades governamentais no Brasil. (Fonte: ISSAI 100, ISSAI 200 e Instrução Normativa TCU n.º 84/2020).*/

▼ Questão 68

Um programa federal de mobilidade urbana transferiu recursos a diversos municípios para a realização de obras públicas, monitoradas por sistemas digitais de acompanhamento. No entanto, o Tribunal de Contas da União (TCU) recebeu denúncias de duplicidade de medições, manipulação de dados e divergências entre laudos físicos e registros oficiais.

Considerando a situação hipotética apresentada, o arcabouço normativo vigente e os princípios doutrinários de auditoria governamental, assinale a opção que apresenta as ações a serem realizadas no âmbito da estratégia de auditoria adequada para o caso em apreço.

- A executar cruzamento de dados nos sistemas digitais; realizar inspeções *in loco*; verificar causas e efeitos das inconsistências; entrevistar equipes técnicas e beneficiários; e evidenciar, nos relatórios de formalização dos achados, os critérios, circunstâncias, recomendações e riscos sistêmicos identificados
- B avaliar a população de municípios, sob a perspectiva estatística; selecionar apenas os municípios que movimentaram volumes financeiros acima do risco tolerável, baseando-se predominantemente nos relatórios enviados pelos gestores das obras; e aprofundar os trabalhos de auditoria
- C confirmar os pagamentos de medições através de circularização bancária; dispensar entrevistas, inspeções físicas e validação das evidências digitais; e comunicar apenas os erros comprovados operacionalmente e que estejam relacionados à não aplicação dos recursos
- D estabelecer a amostra a ser avaliada; priorizar análises estatísticas e documentais dos repasses federais; e acompanhar os pagamentos realizados pelas prefeituras, sem a necessidade de examinar especificidades locais ou visitar as obras denunciadas ao TCU
- E realizar a conciliação dos dados dos sistemas oficiais com as medições recebidas; evitar contato direto com gestores ou beneficiários por motivo de possível conflito de interesse; avaliar a qualidade dos relatórios parciais apresentados; e emitir relatórios sumários sobre as irregularidades apuradas

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Correta. A estratégia proposta articula (conforme Manual TCU, NBASP) múltiplas técnicas e fontes de evidência, abrange

avaliação de causas, efeitos e critérios, utiliza entrevistas e analisa riscos sistêmicos, resultando em relatório sólido e voltado à accountability.*/

||B|| - Incorreta. Limitar-se a grandes volumes pode ocultar padrões fraudulentos distribuídos.*/

||C|| - Incorreta. Circularização isolada restringe a evidência e pode deixar de detectar desvios na execução física das obras.*/

||D|| - Incorreta. O afastamento das características locais prejudica a análise do contexto real.*/

||E|| - Incorreta. Emitir relatório sumário sem triangulação de evidências enfraquece a qualidade técnica do controle e ignora o princípio da transparência.*/

Questão 69

No contexto da auditoria governamental, os sistemas contábeis e financeiros informatizados desempenham um papel fundamental na gestão de recursos públicos. Acerca da auditoria desses sistemas informatizados, assinale a opção correta.

- A Os sistemas informatizados apresentam baixo risco e, por isso, a auditoria é baseada exclusivamente em dados gerados automaticamente.
- B Sistemas públicos informatizados possuem validações automáticas, sendo dispensável a revisão por auditoria manual.
- C A auditoria de sistemas contábeis e financeiros informatizados abrange exclusivamente o ambiente contábil manual relacionado aos dados de entrada, ignorando módulos financeiros e patrimoniais.
- D O foco principal da auditoria de sistemas contábeis e financeiros informatizados está na análise do *software* utilizado, sem necessidade de se examinar relatórios comparativos entre os sistemas e a contabilidade patrimonial.
- E A auditoria de sistemas contábeis e financeiros informatizados deve avaliar os controles internos, a integridade dos dados armazenados e a sua conformidade com as normas contábeis.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Sistemas informatizados não eliminam riscos, mas os redistribuem. Conforme o COSO 2013 – Framework de Controle Interno, a ausência de controles adequados pode comprometer a confiabilidade das informações e permitir a ocorrência de fraudes ou erros sistêmicos.*/

||B|| - Incorreta. Sistemas automatizados podem apresentar falhas de parametrização ou configurações errôneas. O Manual de Auditoria de Tecnologia da Informação do TCU orienta que a auditoria manual deve complementar os testes automatizados para identificar lacunas.*/

||C|| - Incorreta. Sistemas modulares são interdependentes. Auditorias governamentais precisam avaliar a integração entre os módulos contábil, financeiro e patrimonial, conforme destacado pela Instrução Normativa TCU n.º 84/2020.*/

||D|| - Incorreta. Segundo a IT Governance Framework (COBIT 2019) e o TCU, a análise abrange não apenas o software, mas também as informações geradas, os relatórios comparativos e os impactos decorrentes.*/

||E|| - Correta. Conforme o Manual de Auditoria Operacional do TCU, a auditoria de sistemas deve incluir a avaliação de controles internos e integridade dos sistemas para garantir a

conformidade com as leis orçamentárias e as NBCs no setor público.*/

Questão 70

No curso de uma auditoria governamental sobre demonstrações contábeis, os auditores identificaram diversas deficiências nos controles internos do ente auditado, bem como problemas de conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP). Além disso, verificou-se que o responsável pela entrega de documentos do ente auditado relutava em disponibilizar informações detalhadas sobre suas estimativas contábeis, alegando que esses dados não eram relevantes para a auditoria.

A partir da situação hipotética precedente e considerando o papel do auditor no setor público, assinale a opção correta.

- A A ausência de informação detalhada sobre estimativas contábeis não compromete a qualidade geral das demonstrações financeiras, desde que o auditor confirme que os saldos apresentados no balanço estão tecnicamente equilibrados e alinhados às notas explicativas existentes.
- B As deficiências de controle interno e a indisponibilidade de informações sobre estimativas não impactam diretamente o resultado da auditoria, desde que o auditor observe outros aspectos, como o cumprimento orçamentário e financeiro.
- C Caso a administração do ente auditado não colabore fornecendo todas as informações solicitadas, o auditor deve automaticamente emitir parecer adverso e concluir que as demonstrações financeiras não atendem à estrutura de relatório aplicável.
- D O auditor deve destacar no relatório a falha no acesso às informações detalhadas de estimativas contábeis, bem como deve avaliar os controles internos relacionados, podendo decidir por restringir o parecer caso as limitações prejudiquem a análise adequada dos dados.
- E O auditor, ao se deparar com resistências da administração, deve solicitar ao gestor público a substituição do responsável contábil e seguir a auditoria com base nas evidências documentais já disponíveis no ente público.

Espaço livre

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Conforme a NBC TA 540 (Auditoria de Estimativas Contábeis e Divulgações Relacionadas) e a NBC TSP 12 (Demonstrações Contábeis do Setor Público), as informações sobre estimativas contábeis são essenciais para avaliar a confiabilidade das demonstrações financeiras, especialmente no setor público, onde decisões políticas e de política pública dependem dessas informações.*/

||B|| - Incorreta. As deficiências nos controles internos e a falta de transparência impactam diretamente a credibilidade e a integridade das demonstrações contábeis. A NBC TA 265 exige que o auditor avalie cuidadosamente essas questões e documente os riscos de distorção nas demonstrações financeiras. (Fonte: NBC TA 265, seção 4).*/

||C|| - Incorreta. A emissão de parecer adverso depende de uma análise mais completa do impacto da limitação na capacidade de auditoria. A NBC TA 705 prevê a emissão de parecer adverso apenas quando há distorções relevantes e generalizadas, enquanto a opinião com abstenção é o caminho mais adequado para tratar uma limitação severa de escopo no fornecimento de informações.*/

||D|| - Correta. A ausência de transparência em estimativas contábeis constitui uma restrição de escopo, prevista na NBC TA 705 (Opinião Modificada no Relatório de Auditoria Independente). Além disso, a NBC TA 265 (Deficiências de Controle Interno) determina que qualquer deficiência identificada nos controles internos seja comunicada formalmente no relatório para que os responsáveis possam tratar o problema.*/

||E|| - Incorreta. O auditor não tem competência nem autoridade para solicitar a substituição de responsáveis administrativos (gestores ou contadores). Sua função é evidenciar os problemas e, se necessário, reportá-los aos órgãos de controle externo. (Fonte: NBC TA 250, seção 6 – Consideração das Leis e Regulamentos na Auditoria).*/
